

**ESTABILIZAÇÃO DA DEMANDA E “MUTATIO LIBELLI”:
BREVE VISÃO COMPARATÍSTICA ENTRE OS REGIMES
DO C.P.C. BRASILEIRO E DO C.P.C. ITALIANO**

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR
Professore emerito
nell'Università Federale di Minas Gerais

SOMMARIO: 1. Introdução. – 2. Regime brasileiro de estabilização da demanda. – 3. Revisão do tema à luz das inovações sistemáticas do c.p.c./2015. – 4. Nem sempre o autor dependerá de consentimento do réu para ampliar o objeto litigioso. – 5. A *mutatio libelli* no c.p.c. italiano. – 6. A ampliação (permitida no processo civil brasileiro) do objeto litigioso por meio da introdução de questão prejudicial, se aproxima, de certa forma, da *mutatio libelli* italiana. – 7. Tendências de flexibilização da teoria da estabilização da demanda no direito comparado contemporâneo. – 8. Conclusões.

1. – A necessidade de estabilização do objeto litigioso e a regulação da possibilidade de sua alteração no curso do processo são problemas antigos, mas cuja solução, nos últimos tempos, tem exigido do legislador e, principalmente da doutrina e jurisprudência, posturas inovadoras inspiradas na função atribuída à tutela jurisdicional marcada intensamente pela exigência de economia processual e de efetividade da composição dos litígios.

Uma vez que o processo civil brasileiro confessadamente tem raízes profundas nas tradições do sistema processual italiano, é sempre útil remontar à evolução por que passa o tratamento da *mutatio libelli* na Itália, a fim de, comparativamente, extrair algum proveito para a evolução também do nosso regime.

Desde logo, assinala-se que o Código de Processo Civil italiano se orienta mais no rumo de facilitar, dentro da fase postulatória do procedimento, as mutações da demanda, desde que resultem de questões suscitadas na resposta do réu e guardem conexão com o objeto litigioso proposto originariamente pelo autor (art. 183, c.p.c. italiano). Já o nosso Código preocupa-se apenas com a determinação das oportunidades em que o pedido ou a causa de pedir podem sofrer alteração, impondo condições restritivas que, em princípio, limitam bastante a faculdade reconhecida ao autor, na espécie (art. 329 do c.p.c. brasileiro).

Analisaremos, primeiro o sistema nacional e em seguida o italiano, para finalmente extrair da comparação algum proveito doutrinário para a melhor interpretação e aplicação, entre nós, da moderna técnica da *emendatio* e da *mutatio libelli*.

2. – A relação processual é subjetivamente tríplice, envolvendo autor, juiz e réu¹, mas em sua completude, não se estabelece num só ato ou num só momento. Sua formação se dá progressivamente. De início, ao receber a petição do autor, o Estado-juiz vincula-se em relação apenas linear, por força do exercício do direito de ação por parte do demandante. Forma-se um dos lados da relação processual, o lado *ativo*: a ligação autor-juiz e juiz-autor, em torno do objeto do processo, delineado pelo sujeito ativo (o autor) na petição inicial.

Numa segunda fase, com a citação do réu, a relação processual se completa com o seu lado *passivo*: a ligação réu-juiz e juiz-réu, que, sucessivamente poderá acarretar eventuais reflexos sobre o objeto do processo, a depender do teor da defesa do sujeito passivo (o réu). Aí sim o processo estará perfeito em sua forma angular de *actus trium personarum*.

Nesse sentido, dispõe o art. 312 do c.p.c. que se considera proposta a ação quando a petição inicial for protocolada em juízo. Mas, ainda segundo o mesmo artigo, a propositura da ação, todavia, só produz efeitos quanto ao réu depois que for validamente citado. Vale dizer: o réu só é parte da relação processual (e, pois, se sujeita a seus efeitos) depois de regularmente citado. Esquemáticamente, tudo se passa assim:

- a) a propositura da ação vincula autor e juiz à relação processual por meio do exercício do direito de ação;
- b) a citação amplia a relação, nela integrando o réu, para assegurar-lhe o exercício do direito de defesa; e
- c) uma vez completa a relação tríplice, assegurado ao Estado-juiz estará o exercício pleno da jurisdição, nos limites do *objeto do processo*² definido pelas partes.

Na sistemática do c.p.c., a estabilidade do objeto litigioso representa exigência relevante no que diz respeito à instrução probatória, ao pleno exercício da ampla defesa, ao adequado debate da causa e à sua justa resolução em tempo razoável. Há, por isso, marcos temporais que limitam a faculdade de definir as pretensões em conflito e de eventualmente alterá-las,

¹ *Iudicium est actus trium personarum*.

² H. THEODORO JÚNIOR, *Curso de direito processual civil*, 61 ed., Rio de Janeiro, 2020, v. I, nº 518, 721.

no curso do processo, antes de entrar na fase de julgamento em primeiro grau. Essas barreiras, em regra, localizam-se na citação, para o autor (art. 329, I)³, e na contestação, para o réu (arts. 336 e 342)⁴, e para ambos, no saneamento do processo (art. 357, II e IV)⁵;

Os limites à modificabilidade do objeto litigioso, se são importantes para a boa condução do processo, não são rígidos ou absolutos. Examinados dentro do ângulo do autor, ver-se-á que se escoram, em princípio, em dois momentos processuais básicos: o da citação do réu e o do saneamento e organização do processo.

Com efeito, dispõe o art. 329, I, do c.p.c. que o autor pode, «até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento do réu». E isso ocorre justamente porque, até então, a relação processual está incompleta, só existindo entre autor e juiz. Todavia, feita a citação e ampliada subjetivamente a relação processual, ainda será possível a *mutatio libelli*, até o saneamento do processo, mas somente se houver *consentimento do réu*, já então integrado à relação plurilateral do processo (art. 329, II)⁶. Ou seja: mediante a convenção das partes, a lei aceita as alterações tanto no pedido como na causa de pedir. Essa convencionabilidade, porém, não deve, em regra, ultrapassar a decisão saneadora do processo, como se deduz da permissão contida no inc. II do art. 329 e da própria natureza e função daquela decisão.

³ «Art. 329. O autor poderá: I – até a citação aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II – até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com o consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar. Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à reconvenção e à respectiva causa de pedir».

⁴ «Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir».

«Art. 342. Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando: I – relativas a direito ou a fato superveniente; II – competir ao juiz conhecer delas de ofício; III – por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição».

⁵ «Art. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste capítulo, deverá o juiz, em *decisão de saneamento e de organização do processo*: (...) II – delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos; (...) IV – delimitar as questões de direito relevantes para a decisão de mérito».

⁶ No direito antigo, era a *litiscontestatio* que estabilizava o objeto da relação processual. No direito atual a estabilidade do pedido e da causa de pedir ocorre no momento em que o réu se inclui na relação processual por meio da citação válida.

3. – Mais uma vez, não se está diante de regra inflexível e absoluta, porquanto o Código não só valoriza e estimula em norma fundamental a autocomposição dos litígios (art. 3º, §§ 2º e 3º), como também franqueia às partes a negociabilidade em torno dos direitos, faculdades e deveres processuais (art. 190).

Em primeiro lugar, é preciso saber que tipo de consentimento deve-se obter do réu para acolher a modificação do pedido ou da causa de pedir levada a cabo pelo autor após a citação. É preciso uma declaração expressa e formal ou seria suficiente uma anuência informal e tácita? Não havendo na lei a exigência de qualquer forma explícita ou solene, mas apenas de um consentimento do réu às modificações intentadas pelo autor, tudo indica que, para o Código, basta que a anuência reclamada pelo art. 329, II, se manifeste tacitamente, como, por exemplo, quando ciente da inovação realizada pelo autor, o réu não só se abstém de impugnar seu cabimento, como passa a debater o respectivo conteúdo, em amplo contraditório de mérito⁷.

É de se ter em mente que a convenção processual é um negócio jurídico, a respeito do qual o art. 190 do c.p.c. não exige que o consentimento das partes seja obrigatoriamente expresso. Vale, pois, a regra geral traçada pelo Código Civil de que a declaração negocial de vontade pode ser tácita (*i.é.*, por meio do silêncio), quando a lei não exigir que seja expressa (CC, art. 111)⁸.

⁷ Ao tempo do c.p.c./1973, a 3ª T. do STJ apreciou o tema e decidiu que «apresentada petição pelo autor, em que se altera a causa de pedir, e nenhuma objeção apresentando o réu, que, ao contrário, cuida de negar-lhe o fundamento, é de admitir-se que *consentiu na alteração*. Incidência da ressalva contida no art. 264 do c.p.c.» (REsp 21.940-5/MG, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, ac. 09.02.1993, DJU 08.03.1993, 3.114). A 2ª Turma do mesmo Tribunal, porém, em outro caso decidiu que, para ampliação da demanda havia “necessidade de consentimento do réu” e que não podia este ser “tácito” (REsp 1.307.407/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, ac. 22.05.2012, DJe 29.05.2012). É bom destacar, contudo, que o sistema do c.p.c./1973 não prestigiava, como o atual, a autocomposição do litígio, a primazia da resolução de mérito, a formação da coisa julgada sobre o julgamento da questão prejudicial sem depender da ação declaratória, nem muito menos reconhecia, com amplitude, a liberdade das partes de praticar negócio jurídico sobre mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo (art. 190).

⁸ O silêncio puro não equivale a declaração tácita de vontade, pois corresponde a uma ausência de determinada ação, uma “pura omissão” (P. VASCONCELOS, *Teoria geral do direito civil*, Coimbra, 2002, 409-410). Para que se tenha um consentimento tácito é preciso que a omissão de declaração expressa se dê em circunstâncias que evidenciem um comportamento voluntário incompatível com a intenção de negar o consentimento esperado (H. THEODORO JÚNIOR – H.L. FIGUEIREDO, *Negócio jurídico*, Rio de Janeiro, 2021, n. 19.3.1, 98-99). É nesse sentido que o art. 111 do Código Civil

Nossa opinião doutrinária, desde a vigência do c.p.c./1973, lastreada em jurisprudência nacional e doutrina estrangeira, sempre foi no sentido da suficiência, na espécie, do consentimento tácito:

«Daí observar Hélio Tornaghi que, na espécie, ‘não há proibição de alterar o pedido ou a *causa petendi*, após a citação; apenas a mudança é negócio bilateral: exige, também, o assentimento do réu’⁹. Quanto à adesão do demandado, tanto pode ser *expressa* como *tácita*. Lino Palacio ensina, a propósito, que ‘la transformación de la pretensión es admisible cuando el demandado acepta, expresa o implícitamente, debatir los nuevos planteamientos introducidos por el actor’¹⁰. Isto quer dizer que basta a postura do réu, que deixa de impugnar a modificação e passa a discutir nos autos o novo pedido ou os novos fundamentos do pedido, para ter-se como tacitamente admitida a inovação processual»¹¹.

Porque o c.p.c. atual só regula, de forma explícita, a possibilidade de modificação do pedido e da causa de pedir pleiteada até o saneamento do processo, formou-se uma corrente no sentido de que a partir daquele momento a lei vedaria qualquer inovação no objeto litigioso¹².

No entanto, não é bem essa a conclusão a se extrair do texto do art. 329 do c.p.c./2015. Se é verdade que o dispositivo regulou a modificação do pedido e da causa de pedir somente até o saneamento, não é menos certo que não reproduziu a proibição de alterações ulteriores, da forma com que o fazia o c.p.c./1973. Como o c.p.c./2015, entretanto, permite alterações negociais do procedimento a qualquer tempo (art. 190), poderão as partes avançar, por meio de ajuste de tal natureza, ampliação ou redução do

admite que «o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizem, e não for necessária a declaração de vontade expressa».

⁹ H. TORNAGHI, *Comentários ao Código de Processo Civil*. série RT, São Paulo, 1975, v. II, 307.

¹⁰ L. PALACIO, *Manual de derecho procesal civil*, 4 ed., Buenos Aires, 1977, v. I, n. 53, 126-127.

¹¹ H. THEODORO JÚNIOR, *Curso de direito processual civil*, 24 ed., Rio de Janeiro, 1998, nº 372-a, 369; e ID., *op. cit.*, 61, 2020, v. I, nº 586, 775. O TJSP também admitiu o consentimento tácito, ainda ao tempo do c.p.c./1973, no caso em que o réu não havia consentido de forma expressa, mas contestou o conteúdo do aditamento da inicial (TJSP, Ap. 122.360-2, Rel. Des. Ferreira da Cruz, 9ª Câmara, ac. 19.11.1987, *RJTJSP*, 114/193).

¹² N. NERY JÚNIOR – R.M. NERY, *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo, 2015, 900, nt. 6 ao art. 329; L.G.A. BONDIOLI, *Comentários ao art. 329*, in T.A.A. WAMBIER, *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*, São Paulo, 2015, 833, nt. 1; G.R. AMARAL, *Comentários às alterações do novo c.p.c.*, São Paulo, 2015, 443, nt. 2.1, ao art. 329.

pedido e da causa de pedir, mesmo depois do saneamento, enquanto não sentenciada a causa.

Não se pode entrever um conflito normativo entre os arts. 190 e 329, primeiro porque aquele não estabelece uma livre e completa negociabilidade, e este não veda, pelo menos expressamente, que o objeto litigioso sofra modificação após a fase de saneamento. É possível, portanto, uma convivência das duas normas, a fim de reconhecer ao Código de 2015 uma posição mais flexível quanto ao fenômeno da estabilização do processo.

A diferença que se pode estabelecer na aplicação das duas disposições legais reside em que até o saneamento o problema se resolve pela pura convenção entre as partes. Saneado o processo, o negócio jurídico fica sujeito ao controle e aprovação do juiz (art. 190, parágrafo único), o qual poderá reconhecer ou negar eficácia ao acordo das partes, levando em conta interesses públicos que acaso desaconselhem a reabertura da fase postulatória, em nome de seus deveres de velar pela rápida e efetiva composição do litígio.

Portanto, as possibilidades de alteração do pedido e da causa de pedir, no regime do c.p.c./2015, podem ser esquematicamente vistas da seguinte forma:

- a) *antes da citação*, a inovação pode dar-se por ato unilateral e livre do autor;
- b) *depois da citação e antes do saneamento do processo*, as partes são livres para fazê-lo, mediante consenso, independentemente de aprovação judicial;
- c) *depois da fase de saneamento*, as partes ainda poderão fazê-lo mediante negócio jurídico processual, cujo efeito, todavia, dependerá de controle e aprovação do juiz¹³.

4. – Já demonstramos que através de negócio jurídico processual é possível às partes alterar o objeto litigioso, fora dos parâmetros temporais do art. 329, II, do c.p.c. Além disso, as novas dimensões objetivas da coisa julgada não mais se medem apenas pelo pedido inicialmente formulado pelo autor, no momento da propositura da ação.

A força de lei atribuída à sentença transitada em julgado alcança não só a questão *principal* suscitada pelo autor na petição inicial, expressamente decidida (art. 503, *caput*), mas também a questão *prejudicial* arguida na defesa substancial do réu. Assim, a exceção de mérito (dita *exceção substancial*)

¹³ J.M.G. MEDINA, *Novo Código de Processo Civil comentado*, 3 ed., São Paulo, 2015, 545, nt. IV ao art. 329; L.G. MARINONI, – S.C. ARENHART – D. MITIDIERO, *Novo curso de processo civil*, São Paulo, 2015, v. 2, 164.

manejada pelo demandado torna-se parte do objeto litigioso, independentemente da antiga e superada ação declaratória incidental¹⁴.

Da mesma forma, ao responder em réplica à exceção substancial, o autor também terá condição de arguir questão incidental capaz de ampliar ou reduzir a dimensão do objeto litigioso já alterado pelo réu (art. 350). Tudo isso se passará, como exige a lei, em regime de pleno contraditório, seja por iniciativa do autor (art. 350), seja do réu (art. 503, § 1º, II). Fácil é, portanto, concluir-se que, na moderna sistemática processual, há modificações do objeto litigioso, e consequentemente do pedido primitivo, que não dependem do sistema tradicional de aquiescência da parte contrária e que decorrem da atual mecânica de inserção de questões prejudiciais no processo, tanto por provocação da defesa do réu, como da resposta do autor a questionamentos da espécie formulados em exceções substanciais opostas pelo demandado.

Outras hipóteses ainda há em que o autor pode, a qualquer tempo, acrescentar pretensões novas ao pedido inicial, tal como se passa com os fatos novos, com as prestações sucessivas das obrigações continuativas, com as consequências obrigatórias do acolhimento do pedido principal, com as matérias que o juiz deve conhecer de ofício, entre outras. Com efeito:

- a) Se o juiz deve tomar em consideração no julgamento do mérito fato ocorrido após o ajuizamento da ação, que tenha força constitutiva, modificativa ou extintiva sobre o direito substancial disputado entre as partes, podendo fazê-lo até de ofício, é claro que o autor tem legitimidade para provocar o exame respectivo através de pedido novo, sem necessidade alguma de anuência da parte contrária, como, aliás, prevê o art. 493 do c.p.c. E isto é possível em qualquer grau de jurisdição, e não apenas nos limites temporais do art. 329 do c.p.c./2015¹⁵. O mesmo se passa com os juros moratórios e a correção monetária¹⁶;

¹⁴ H. THEODORO JÚNIOR, *Curso de direito processual civil cit.*, v. I, nº 586, 776. Ainda sobre a definição dos limites da coisa julgada a partir do objeto litigioso, e não apenas do pedido, cf. S. MATOS, *Resolução de questão prejudicial e coisa julgada: primeiras linhas sobre o art. 503, §§ 1º e 2º, do c.p.c. /2015*, in F. DIDIER JÚNIOR – A. CABRAL (a cura di), *Coisa julgada e outras estabilidades processuais*, Salvador, 2018, 207-229; R.F.K. THAMAY, *A coisa julgada do atual ao projetado novo Código de Processo Civil*, in L.A.G. SARRO (a cura di), *Novo Código de Processo Civil: principais alterações do sistema processual civil*, 2 ed., São Paulo, 2016, 283-302.

¹⁵ «O art. 462 do c.p.c. [art. 493 do c.p.c./2015] permite, tanto ao Juízo singular como ao Tribunal, a análise de circunstâncias outras que, devido a sua implementação tardia, não eram passíveis de resenha inicial. Tal diretriz deve ser observada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, *porquanto o art. 462 não possui*

- b) «Na ação que tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, e serão incluídas na condenação, enquanto durar a obrigação, se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou de consigná-las» (c.p.c., art. 323). Se, pois, o pedido do autor, na petição inicial, foi omissivo com relação às prestações vincendas, poderá ele a qualquer tempo aditá-lo para que o benefício do art. 323 do c.p.c. seja-lhe assegurado, sem cogitar de concordância ou não do demandado¹⁷;
- c) No campo da interpretação do pedido, a jurisprudência do STJ tem entendido que o reconhecimento da nulidade ou da resolução do contrato importa *ipso iure* o retorno das partes ao *status quo ante*, devendo a sentença determinar a restituição das prestações pagas pelo contratante, «independentemente de requerimento expresso nesse sentido sob pena de enriquecimento sem causa»¹⁸. Trata-se, na ótica do STJ, de concretização da “eficácia restitutória”, inerente à desconstituição do negócio jurídico, ou seja, uma “consequência natural” do evento jurídico em causa (CC, art. 182)¹⁹. Tendo, pois, havido omissão na petição inicial, o autor terá direito de aditá-la, a qualquer tempo, para explicitar a pretensão restitutória, sem que o demandado possa impedir a emenda respectiva;

aplicação restrita às instâncias ordinárias» (STJ, 4ª T., REsp 704.637/RJ, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, ac. 17.03.2011, *DJe* 22.03.2011).

¹⁶ «Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado» (Cód. Civil, art. 389). «O pedido deve ser certo. § 1º. Compreende-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios» (c.p.c., art. 322). Vale dizer, sendo omissivo o pedido inicial, o autor pode pedir tais acessórios a qualquer tempo, até na fase de liquidação e de cumprimento da sentença (Súmula 254 do STF; STJ, 4ª T., REsp 253.671/RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, ac. 05.09.2000, *DJU* 09.10.2000, 154).

¹⁷ «Ademais, é sabido que, a teor do art. 290 do Código de Processo Civil [art. 323 do c.p.c./2015], nos casos de pedido de pagamento de prestações periódicas, independentemente destas serem requeridas, ou não, pelo autor, estarão elas incluídas na condenação» (STJ, 6ª T., REsp 1.055.806/PA, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, ac. 19.03.2009, *DJe* 13.04.2009).

¹⁸ STJ, 3ª T., REsp 1.611.415/PR, Rel. Min. Marco Aurélio Bellize, ac. 21.02.2017, *DJe* 07.03.2017; STJ, 4ª T., REsp 300.721/SP, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, ac. 04.09.2001, *DJU* 29.10.2001, 210.

¹⁹ STJ, 3ª T., REsp 1.286.144/MG, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, ac. 07.03.2013, *DJe* 01.04.2013; STJ, 4ª T., REsp 500.038/SP, Rel. Min. Aldir Passarinho, ac. 22.04.2003, *DJU* 25.08.2003, 322.

- d) Nas demandas que envolvem matérias de ordem pública, a aplicação de medida diversa daquela invocada pelas partes – a exemplo do que se passa com as nulidades de pleno direito, com a prescrição e decadência, com a correção monetária, com o direito de família etc. –, não configura julgamento *extra* ou *ultra petita*²⁰. Por isso, não está impedido o autor de suprir lacuna da petição inicial, requerendo, durante a marcha do processo, a ampliação do pedido ou da causa de pedir para incluir o argumento de ordem pública. Mesmo porque o juiz estaria, pela natureza da matéria, autorizado a apreciá-la de ofício²¹. O mesmo se passa com a prescrição, em face do disposto no Código Civil, art.193, e no c.p.c., art. 487, II²².

5. – Segundo o art. 183 do c.p.c. italiano, diante da resposta do réu, o autor pode propor novas demandas e exceções «que sejam consequência da demanda reconvençional ou das exceções propostas pelo réu». Na audiência de “*trattazione della causa*”, que funciona, de certa forma, como nossa audiência de “saneamento e organização do processo” (c.p.c. brasileiro, art. 357), o mesmo dispositivo do c.p.c. italiano prevê que, naquele momento processual, “as partes podem *precisar* ou *modificar* as demandas, as exceções e as conclusões já formuladas”. A requerimento dos interessados, o juiz

²⁰ «A correção monetária plena é mecanismo mediante o qual se empreende a recomposição da efetiva desvalorização da moeda, com o escopo de se preservar o poder aquisitivo original, sendo certo que *independe de pedido expresse* da parte interessada, não constituindo um *plus* que se acrescenta ao crédito, mas um *minus* que se evita» (STJ, Corte Especial, REsp 1.112.524/DF, Rel. Min. Luiz Fux, ac. 01.09.2010, DJe 30.09.2010). Em matéria de tutela ambiental, para o STJ, não há julgamento *ultra* ou *extra petita* quando a sentença acoberta área maior do que a definida no pedido do autor formulado na petição inicial, ou se funda em *causa petendi* diversa da que constou daquela peça processual: «Consectariamente, não há decisão *extra petita* quando o juiz examina o pedido e aplica o direito com fundamentos diversos dos fornecidos na petição inicial ou mesmo na apelação, desde que baseados em fatos ligados ao fato-base» (STJ, 1ª T., REsp 1.107.219/SP, Rel. Min. Luiz Fux, ac. 02.09.2010, DJe 23.09.2010).

²¹ «As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes» (Cód. Civil, art. 168, parágrafo único).

²² «A prescrição pode ser alegada *em qualquer grau de jurisdição* pela parte a quem aproveita» (Cód. Civ., art. 193). «A revogação do art. 194 do Cód. Civil pela Lei 11.280/2006, que determina ao juiz o reconhecimento *de oficio da prescrição*, não retira do devedor a possibilidade de renúncia admitida pelo art. 191 do texto codificado» (Enunciado 295 do CEJ). «Haverá resolução de mérito quando o juiz: (...) II – decidir, *de oficio ou a requerimento*, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição» (c.p.c., art. 487, II).

concederá prazos sucessivos de trinta dias, primeiro para que se produza a memória de precisão ou modificação das demandas, das exceções e das conclusões já propostas; e, depois, para contestar às demandas e exceções novas, ou modificadas, da outra parte, e, ainda, para propor as exceções que sejam consequência das demandas e exceções inovadas. Ao autor, na mesma oportunidade, é permitido requerer o chamamento de terceiro, nos termos dos arts. 106 e 269, 3º comma, se a exigência decorrer da defesa do demandado (art. 183, 3º comma).

O que gerou controvérsia durante um bom tempo foi a dimensão a ser dada às novas demandas do autor enquadráveis na categoria de “consequência” da defesa proposta pelo réu. O que se admite seriam variações do *thema decidendum* (objeto litigioso) ou apenas do *thema probandum* (fato jurídico) para reafirmar e esclarecer o mesmo objeto litigioso?

A Corte de Cassação, por suas *Sezioni Unite*, assentou, em julgado de 15.06.2015 (n. 12.310) que as inovações autorizadas pelo art. 183 do c.p.c. vão além do *thema probandum*, podendo atingir uma alteração do “*thema decidendum*”, passando, por exemplo, da demanda de execução específica da obrigação de contratar à demanda de accertamento do efeito translativo já realizado pelo mesmo contrato. O que se exige é que as diversas demandas sejam relativas à mesma “*vicenda sostanziale-esistenziale*”, ou seja, demandas originadas de uma só quadra fático-substancial, as quais o processo deva «saber acolher e definir em sua integralidade»²³. Trata-se das demandas que Claudio Consolo chama de “*complanari*”²⁴.

Em 13.09.2018 (julgado nº 22.404), a mesma Corte, pelo mesmo órgão colegiado, voltou a enfrentar o tema e, com aplausos da doutrina, esclareceu: «*la domanda complanare, ammissibile se formulata in corso di causa perchè entro la I memoria ex art. 183, comma 6, c.p.c., non necessariamente dovrà sostituirsi alla domanda originaria, da considerarsi quindi rinunciata, ma potrà ad essa cumularsi (in cumulo subordinato o anche semplice)*». E à vista disso, concluiu pela possibilidade de a *mutatio libelli* autorizada pelo referido dispositivo do c.p.c. italiano, compreender o ajuizamento sucessivo da demanda de enriquecimento sem causa, como demanda complanaria, diante de uma causa fundada em direito diverso, qual seja, uma demanda de condenação contratual²⁵.

²³ E. MERLIN, *Ammissibilità della mutatio libelli da “alternatività sostanziale” nel giudizio di primo grado*, in *Riv. Dir. Proc.*, 2016, 807.

²⁴ C. CONSOLO – F. GODIO, *Le Sezioni Unite di nuovo sulle domande cc.dd. complanari, ammissibili anche se introdotte in via di cumulo (purché non incondizionato) rispetto alla domanda originaria*, in *Corr. giur.*, 2019, 263.

²⁵ C. CONSOLO – F. GODIO, *op. cit.*, *loc. cit.* O caso julgado pela Corte de Cassação foi assim resumido pelos autores: «o autor – um engenheiro – agiu para obter a

Esclarece a doutrina que, na linha do entendimento da Corte de Cassação, que a demanda inovadora (a “complanaria”) pode substituir a demanda originária, mas isto não necessariamente deve ocorrer, pois, é perfeitamente possível que a esta se cumule em somatório completo tanto como em caráter alternativo ou subordinado (isto é, pedido sucessivo que só será apreciado caso seja rejeitado o pedido principal, o originário).

O que, enfim, se exige entre o pedido originário e o pedido inovado é que ambos se refiram, sem dúvida, ao mesmo evento substancial-existencial, do qual decorram direitos diferentes, mas ligados por relação de conexão que justifique pela origem comum a apreciação simultânea ou sucessiva numa única prestação jurisdicional. É isso, salvo melhor juízo, que permite, na definição da Corte de Cassação italiana, a *mutatio libelli* prevista no art. 183 do c.p.c., e que se enquadra na justificativa de demandas diferentes mas relativas a mesma “*vicenda sostanziale-esistenziale*”, as quais cabe ao processo acolher e definir em sua “*integralità*”.

Tal como se passa com o direito brasileiro (em que as alterações do pedido devem ser praticadas durante a fase de postulação, ou seja antes do saneamento do processo), também o direito italiano estabelece um limite temporal para a *mutatio libelli*: a audiência de organização da causa, seguida, eventualmente dos prazos de formalização da respectiva memória (art. 183, *comma* 6, n.ºs 1 e 2). Uma coisa, todavia, deve ser ressaltada: o c.p.c. italiano, no dispositivo que permite ao autor esclarecer ou modificar a demanda, após a contestação, não condiciona a medida ao consentimento do réu. Apenas exige que a nova demanda adicionada seja consequência da demanda reconvenicional ou das exceções substanciais propostas pelo réu (art. 183, *comma* 5).

6. – Ao tempo do c.p.c. de 1973, para que a questão prejudicial de mérito fosse acolhida como ampliação do objeto litigioso, permitindo assim que sua resolução se acobertasse da autoridade de coisa julgada, era preciso que o interessado propusesse a chamada *ação declaratória incidental*²⁶. Se tal

condenação do réu ao pagamento do preço contratual pelo serviço prestado. O réu, com pretensão constitutiva, arguiu a nulidade do título (...). O autor, então, com a I memória, de acordo com o art. 183, *comma* 6, c.p.c., propõe, em via de subordinação em face da demanda de adimplemento contratual – que, assim, se mantém firme –, a demanda residual de enriquecimento, com base no art. 2.041 c.c.».

²⁶ «Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença» (c.p.c./1973, art. 5º). Especialmente para o autor, o art. 325 do referido Código, permitia a propositura incidental da ação declaratória no fecho da fase postulatória, em resposta à contestação em que o réu negasse, em

não se desse, o tema seria apreciado como simples motivo da sentença, sobre o qual o Código velho se negava a reconhecer a *res iudicata*²⁷. A propositura da *declaratória incidental*, pelo réu, deveria ser feita em reconvenção, ou pelo autor, na fase de impugnação à resposta do demandado.

O Código atual aboliu a ação declaratória incidental, para permitir que as questões outrora resolvidas por meio daquela ação pudessem ser suscitadas como simples matéria de defesa, por qualquer das partes, e mesmo assim reconheceu a possibilidade de a respectiva solução vir a recobrir-se da força de *res iudicata*. É condição, porém, dessa autoridade sentencial, que haja ampla discussão e instrução probatória a respeito (c.p.c./2015, art. 503, § 1º).

Diante da suscitação da questão prejudicial, terá sido, sem ajuizamento de outra ação, ampliado o objeto litigioso do processo em andamento. Em razão disso, na fase das providências preliminares, caberá ao juiz adotar medida similar à aplicada às defesas indiretas (isto é, as que configuram exceções substanciais, fundando-se em fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor): abertura de vista à parte contrária, pelo prazo de quinze dias, para manifestar-se, permitindo-lhe a produção de prova pertinente (c.p.c./2015, art. 350). Com isto, o contraditório exigido pelo § 1º do art. 503, do mesmo Código, terá sido resguardado, e a formação da coisa julgada terá sido viabilizada.

A política que orientou o c.p.c./2015 no tema em foco, foi segundo reconhecimento da doutrina, a de facilitar a inclusão da questão prejudicial no alcance da coisa julgada, a partir de um critério de economia processual «para que os jurisdicionados (e o Estado judicante) obtenham o máximo resultado possível em determinado processo»²⁸.

Vê-se, pois, que, em nosso direito positivo, o tratamento da coisa julgada sobre o objeto ampliado do processo, em decorrência de suscitação de questão prejudicial de mérito, após a litiscontestação, guarda bastante similaridade com o regime do art. 183 do c.p.c. italiano, já exposto acima, ou seja: lá como cá, é possível que as partes inovem seus pedidos e fundamentos jurídicos, amparados em suscitação de fatos e arguições novos

exceção substancial, o direito constitutivo do fundamento do pedido manifestado na petição inicial.

²⁷ O art. 469, III, do c.p.c./1973, afirmava textualmente não fazer coisa julgada «a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentemente no processo». Mas o art. 470 daquele Código, ressaltava, todavia, que fazia coisa julgada «a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer (arts. 5º e 325), o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide».

²⁸ F. BLOCH, *Coisa julgada e questão prejudicial no novo c.p.c.*, in A.I. AURELLI (a cura di), *O direito de estar em juízo e a coisa julgada: estudos em homenagem à Thereza Alvim*, São Paulo, 2014, 736.

trazidos pela contraparte. E se tais inovações e reações ocorrerem em tempo hábil na consideração da lei, a questão prejudicial ou conexa com o pedido ou sua *causa petendi* não poderá deixar de ser resolvida pela sentença de mérito, com a autoridade de *res iudicata*, para os fins tanto de direito processual como de direito substancial.

Portanto, no terreno da ampliação incidental do objeto litigioso, o pressuposto do direito italiano de demandas relativas à mesma “*vicenda sostanziale-esistenziale*” (“*domande complanari*”, no dizer de Consolo) equivale ao conceito brasileiro de *conexidade* entre pedidos e ações, presente nas defesas mediante exceções substanciais, nas reconvenções, na suscitação de questões prejudiciais e na reunião de ações propostas separadamente para instrução comum e julgamento numa só sentença. Com efeito:

- a) A defesa indireta (exceção substancial), entre nós, somente pode ampliar o objeto litigioso quando se referir a fato jurídico, não cogitado na petição inicial, mas que se *reflete diretamente* sobre a eficácia do direito do autor, impedindo-a, causando-lhe modificações ou provocando sua extinção (c.p.c., art. 350)²⁹;
- b) Na reconvenção é permitido ao réu formular contra o autor *pretensão própria*, desde que conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa (art. 343)³⁰; sob os mesmos fundamentos, admite-se também reconvenção do autor primitivo contra a reconvenção intentada pelo réu³¹;
- c) A arguição incidental de questão prejudicial, cuja resolução seja passível de assumir a força de *res iudicata*, só acontecerá quando dela “depender o julgamento do mérito” da demanda originária (art. 503, I),

²⁹ «Pode-se reconhecer que em todos os casos de exceções substanciais, cuja invocação na defesa do réu [ou na impugnação do autor à resposta do réu] importa exclusão ou redução do direito que o autor pretendeu fazer valer contra o excipiente, a contestação tem aptidão para assumir o feitiço reconvenicional, ou seja, provoca ampliação do objeto do processo e, consequentemente, dilata os limites objetivos da coisa julgada. Exemplos dessa contestação de força reconvenicional podem ser entrevistados nas arguições de prescrição, decadência, nulidade ou anulabilidade do negócio jurídico por vício de consentimento, cláusula resolutória etc.» (H. THEODORO JÚNIOR, *Curso de direito processual civil cit.*, v. I, nº 607, 796).

³⁰ «O instituto da reconvenção exige, como pressuposto de cabimento, a *conexão* entre a causa deduzida em juízo e a pretensão contraposta pelo réu. À conexão de causas, por sua vez, dá-se por coincidência de *objeto ou causa de pedir*» (STJ, 2ª T., REsp 72.065/RS, Rel. Min. Castro Meira, ac. 03.08.2004, DJU 06.09.2004, 185).

³¹ «Sendo a intimação para responder, e não apenas para contestar, o *reconvindo* pode *reconvir* diante da reconvenção» (T. NEGRÃO, *Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor*, 51 ed., São Paulo, 2020, 443, nt. 9 ao art.343 com citação de diversos acórdãos de diferentes tribunais).

o que se admite tanto em face da ação como da reconvenção ou da exceção substancial³².

Muitas são, à vista do exposto, as afinidades entre a *mutatio libelli* nas hipóteses do direito italiano, geradas pela adição superveniente de pretensões “complanarias”, e aquelas situações de conexidade de pedidos e causa de pedir, que, no direito brasileiro permitem a alteração do objeto litigioso, após a resposta do réu à ação proposta pelo autor. Todas, lá e aqui, têm a consequência comum de alargar os limites da coisa julgada para além da resolução do pedido originário formulado na petição inicial com que o autor instaurou o processo.

Há de se ressaltar, além disso, que o c.p.c. brasileiro (a exemplo do c.p.c. italiano), ao disciplinar o saneamento e a organização do processo, encarrega o juiz de «delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito» (art. 357, IV), e quando a causa se apresentar complexa em matéria de fato ou de direito, deverá ele realizar o saneamento em audiência, com a cooperação das partes. Em tal oportunidade é permitido ao juiz convidar as partes «a integrar ou esclarecer suas alegações» (art. 357, § 3º). Vê-se, aí, uma salutar flexibilização da estabilidade da demanda, cuja provocação parte do próprio juiz, ensejando ao autor, não apenas aperfeiçoamento do pedido e da *causa petendi*, mas até mesmo acréscimos e alterações: o convite feito pelo juiz, é tanto para esclarecer como para integrar as pretensões, numa tentativa até mesmo de estimular negócio jurídico processual ou solução consensual parcial do objeto litigioso³³.

7. – Antes do advento do c.p.c. de 2015 (que lançou algumas luzes modernizantes sobre o tema), já observavam Alvaro De Oliveira e Daniel Mitidiero, em análise aos arts. 264 e 294 do Código de 1973, que a rigidez do princípio da estabilidade da demanda, nos termos da regulamentação processual então vigente, *não condizia com uma visão mais moderna do processo*:

³² «Ou seja: apenas ficará coberta pela coisa julgada material a questão prejudicial que figurar como *fundamento necessário* do julgamento da causa» (T. NEGRÃO, *op. cit.*, 564, nt. 5 ao art. 503). «Observe-se que o mérito da causa pode, eventualmente, ser ampliado pela atuação do demandado (...) articulando o demandado defesas indiretas na contestação, isto é, alegando fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, estas alegações também formarão o mérito da causa» (D. MITIDIERO, *Abrangência da coisa julgada no plano objetivo – segurança jurídica*, in *Revista de Processo*, 184/317. Cf. também C.A.A. OLIVEIRA – D. MITIDIERO, *Curso de processo civil*, São Paulo, 2010, v. I, 69; J.F.N. FONSECA, *O direito de estar em juízo e a coisa julgada*, São Paulo, 2014, 773-787.

³³ N. NERY JR. – R.M. NERY, *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo, 2015, 973, nt. 11 e 12 ao art. 357.

«O ideal – destacavam os autores – é que se tenha maior flexibilidade nesse campo, como demonstra a experiência do direito comparado»³⁴.

Além do exemplo italiano que já invocamos, Alvaro De Oliveira navega pelo direito comparado europeu para demonstrar, em matéria de alteração do pedido e da causa de pedir, que, à luz do direito positivo de vários outros países do Velho Mundo, «a experiência histórica mais moderna tem estabelecido brechas nesse rigorismo formal, procurando coordená-lo com o princípio da economia processual, emprestando assim maior agilidade ao processo»³⁵. E exemplifica:

«Típico exemplo dessa orientação, o § 235, da Ordenança Processual austríaca, autoriza o juiz a permitir a modificação da demanda se não é de temer um retardamento relevante e ‘um agravamento’ no desenvolvimento do processo. Também a Ordenança Processual de Berna, § 94, admite a alteração da demanda principal ou reconventional, sem o consentimento da parte contrária, se apoiada em causa de pedir *semelhante* à anterior pretensão ou *conexa* com a exercida desde que entenda o juiz não decorrer daí considerável agravamento ou demora no tratamento da causa».

Lembra, ainda, o mesmo autor que também a ZPO alemã, em seu § 263, admite desde 1933 a modificação da demanda, independente de anuência do adversário, se entendido pelo tribunal estar atendido o requisito da “oportunidade”. Entre esses casos, menciona-se permissão para alteração do objeto litigioso quando, ocorrem “alterações materiais” durante o processo, «a exemplo do perecimento da coisa durante a litispendência, permitindo inclusive posterior pedido de perdas e danos no mesmo processo»³⁶.

Emblemática é ainda a lembrança do c.p.c. português, que a partir da reforma de 1995 e 1996, passou a admitir na réplica do autor à resposta do réu, a alteração ou ampliação da *causa de pedir*; permite também, na mesma oportunidade, ampliar o *pedido*, podendo, em qualquer altura, reduzir o pedido, ou ampliá-lo, se a inovação consistir em desenvolvimento ou

³⁴ C.A. ALVARO DE OLIVEIRA – D. MITIDIERO, *Curso de processo civil*. São Paulo, 2012, v. 2, 10-11: «A respeito, C.A. ALVARO DE OLIVEIRA, *Do formalismo no processo civil: proposta de um formalismo valorativo*, 4. ed., São Paulo, 2010, nº 20.2, 199-201. Pugnando igualmente pela flexibilização da preclusão na conformação da *causa petendi*, e do *petitum*, J.R.C. TUCCI, *A causa petendi no processo civil*, 3 ed., São Paulo, 2009, 185-192. D. MITIDIERO, *Colaboração no processo civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos*, 2 ed., São Paulo, 2011, 128-130» (C.A. ALVARO DE OLIVEIRA – D. MITIDIERO, *op. cit.*, 11, nt. 15).

³⁵ C.A. ALVARO DE OLIVEIRA, *Do formalismo no processo civil*, cit., 173.

³⁶ C.A. ALVARO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, 173-174

consequência do pedido primitivo. Há, ainda, vários outros exemplos de permissão de alteração ou ampliação do pedido, em matéria de aplicação de sanção pecuniária ao descumprimento de obrigações infungíveis; ou de imposição de renda vitalícia ou temporária em lugar de condenação em quantia certa. Há mesmo casos em que se permite até a alteração simultânea do *pedido* e da *causa* de pedir desde que se mantenha em controvérsia a mesma relação jurídica³⁷.

Escrevendo ao tempo do c.p.c./1973, advertia Alvaro De Oliveira que, «do ponto de vista cooperativo³⁸, no atual estágio de desenvolvimento social brasileiro, está mais do que em tempo de se começar a pensar na reforma da legislação processual para permitir a alteração do pedido e da causa de pedir, nos termos da legislação processual portuguesa atual. Dessa forma, mais uma vez seria estimulado o desejável diálogo entre o órgão judicial e as partes, quebrando-se ao mesmo tempo um formalismo excessivo, que não tem mais razão de ser»³⁹.

No direito espanhol, Victor Fairen Guillén lembra que, embora haja o interesse público na boa marcha do processo, «em muitas ocasiões, a alteração da demanda pode significar uma grande economia processual, evitando-se inútil e cara duplicidade»⁴⁰.

Também divagando sobre o sistema legal do c.p.c. anterior, Moreira Pinto anotava a existência de duas posições diferentes em face da estabilidade da demanda: a dos que a encaravam com a maior flexibilidade, buscando ampliar as perspectiva de melhor compor os litígios; e a dos que a viam sob a ótica da rigidez, a pretexto de se tratar de requisito necessário ao exercício do contraditório e da boa instrução processual. «Sob essa ótica, quanto antes se opera a imutabilidade, mais prestigiado sairá o contraditório:

No entanto, no processo se encontram em jogo outros valores não menos importantes. Um destes diz respeito aos próprios fins da atividade processual: a *busca da verdade*. Visando a jurisdição pacificar os litígios, utilizando-se da maior justiça possível, todas as questões vislumbradas pelo juiz, que interessam ao deslinde da

³⁷ C.A. ALVARO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, 174-175.

³⁸ Registre-se que o atual c.p.c./2015 brasileiro, acolheu a tese do caráter cooperativo do processo, como norma fundamental, e facilitou a ampliação do objeto litigioso por meio de questões prejudiciais manejáveis em simples réplica, sem depender de propositura de ação declaratória incidental, e com força de ampliar o alcance da coisa julgada para além do pedido e da causa de pedir originais.

³⁹ C.A. ALVARO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, 174.

⁴⁰ V. FAIREN GUILLÉN, *La transformación dela demanda en el proceso civil*, Santiago de Compostela – Porto, 1949, 105; C.A. ALVARO DE OLIVEIRA, *op. cit.*, 173, nt. 39.

causa, não podem ser desprezadas. Neste enfoque, quanto mais se alongar a fase postulatória, se aproximará o processo mais de seu escopo, qual seja a justa composição dos litígios.

E os modelos processuais há muito vêm se empenhando em buscar o melhor equacionamento desta matéria. Desde os mais flexíveis até os mais rígidos, a mutação e a diversidade dos modelos processuais divergem sensivelmente entre os diversos sistemas.

Talvez, em vez de se privilegiar um ou outro princípio, a solução esteja no temperamento dos valores mencionados»⁴¹.

Eis, em suma, uma corretíssima advertência:

«Jamais deve-se olvidar que acima de uma regra processual estabelecida para um fim específico está o próprio objetivo da norma, que uma vez satisfeito, dispensa a estrita e cega observância da regra»⁴².

Donde nossa conclusão, aplicável tanto no regime do c.p.c./1973 como ao do Código atual, inspirada não na literalidade do enunciado legal, mas na funcionalidade da norma: se não há prejuízo para o contraditório, nem se causa uma delonga exagerada do processo, nada deve impedir o aprimoramento ou a ampliação do objeto litigioso, se realizados ainda dentro da fase postulatória do processo e com respeito ao mesmo quadro fático-substancial que deu origem ao pedido primitivo. Os exemplos dos Códigos da Itália e de Portugal merecem ser seguidos.

8. – O *processo justo* ambiciona mais que a simples resolução técnica dos litígios, pois visa a uma justa e ampla pacificação social, dentro da qual os rigores tradicionais da estabilização da demanda não subsistem. Ao contrário, o que se impõe é a concepção flexível funcional e dinâmica da *mutatio libelli*, a qual, observado o respeito ao contraditório e ampla defesa, proporciona uma evolução do objeto litigioso capaz de conduzir o processo a uma completa, econômica, célere e eficiente resolução do conflito, em todas as dimensões que assume durante o debate produzido entre as partes na fase postulatória do *iter* procedimental.

Esse caráter do processo civil atual manifesta-se, com aplausos da doutrina, na construção jurisdicional da Corte de Cassação italiana da

⁴¹ J.A. MOREIRA PINTO, *Sistemas rígidos e flexíveis: a questão da demanda*, in J.R.C. TUCCI – J.R. BEDAQUE (a cura di), *Causa de pedir e pedido no processo civil*, São Paulo, 2002, 86.

⁴² *Ibidem*.

sistemática da *mutatio libelli* “complanaria”⁴³; e, entre nós, através da amplitude com que o c.p.c./2015, admite a introdução e os efeitos da questão prejudicial, do negócio jurídico processual e da invocação do fato novo, durante o curso do processo, com significativos reflexos sobre o objeto litigioso a ser resolvido pela sentença de mérito, sob a autoridade da coisa julgada.

Longe de ser o regime brasileiro da *mutatio libelli* idêntico ao do direito italiano, a experiência e a evolução doutrinária e jurisprudencial vivenciadas na Itália revelam a possibilidade de nos aproximar, muito proveitosamente, do aprofundamento das construções jurídicas levadas a bom termo naquele país em torno do espinhoso problema da estabilização do objeto litigioso no processo civil contemporâneo.

Abstract

“ESTABILIZAÇÃO” OF THE CLAIM AND “MUTATIO LIBELLI”: COMPARATIVE REMARKS BETWEEN THE DISCIPLINE PROVIDED BY BRASILIAN AND ITALIAN CODES OF CIVIL PROCEDURE

L'Autore si confronta con il tema della modifica della domanda giudiziale, come regolato dal nuovo codice di procedura civile brasiliano del 2015, affrontando altresì la questione se, e a quali condizioni, il giudicato possa estendersi alle questioni pregiudiziali, ponendo a confronto le soluzioni dell'ordinamento brasiliano con quello italiano.

Author examines the iusses related to the modification of judicial claim, as regulated by the new Brazilian code of civil procedure of 2015, also facing to the problem if, and at which conditions, res judicata can cover the prejudicial questions, comparing the solution of Brazilian jurisdiction to the Italian one.

⁴³ O princípio informante da *mutatio libelli* autorizado pelo art. 183 do c.p.c. italiano, segundo a interpretação da Corte de Cassação, aplaudida pela doutrina, é o mesmo que inspira todo o processo moderno: o da busca da maior efetividade da tutela jurisdicional, de modo que «l'ammissibilità delle domande 'complanari' non solo è coerente con i principi che governano il processo, ma li rende ancor più effettivi» (C. CONSOLO, *Le S.U. aprono alle domande "complanari": ammissibili in primo grado ancorché (chiaramente e irriducibilmente) diverse da quella originaria cui si cumuleranno*, in *Corr. giur.*, 2015, 961).